

Em Londres, especulações sobre a viagem de Delfim.

Os meios financeiros de Londres, que já esperavam uma declaração pública do governo brasileiro de que não está em condições de manter os pagamentos da dívida externa, reagiram com cautela ao chegar a notícia de que o ministro Antonio Delfim Neto classifica de "prática normal" a adoção dessa medida, na dependência de negociações com o Clube de Paris, formado pelas nações industrializadas do Ocidente e o Japão. O jornal Financial Times diz que um dos principais banqueiros envolvidos na operação de "salvação do Brasil" confirma tratar-se de um "procedimento costumeiro por parte de nações que solicitam um reescalonamento" — provavelmente referindo-se ao precedente mexicano.

Esse mesmo jornal afirma que outro banqueiro julga que as nações do Clube de Paris serão "generosas" num reescalonamento das dívidas no período 1983-84. No entanto, outras fontes londrinas manifestaram uma certa preocupação exatamente com a suspensão dos pagamentos, temendo que também ocorra fora da área restrita dos empréstimos de governo a governo do Clube de Paris. De um modo geral, a maioria dos credores julga que o Brasil "seja qual for o governo" não fugirá ao pagamento dos compromissos externos.

É preciso, porém, compreender-se que há centenas de bancos, de todos os tipos e tamanhos, com maior ou menor liquidez, envolvidos em consórcios que emprestaram dinheiro a um grande número de países (e nos anos da abundância dos petrodólares ofereciam esse dinheiro e prometiam todas as facilidades) e que naturalmente se sentem agora inquietos diante da montanha das dívidas e do crescimento geométrico dos ágios (spreads) que deixa para trás o crescimento aritmético das exportações.

Fontes da City dizem que nenhum banco quer ser passado para trás num período em que o mercado-se tornou ultra-sensível e qualquer coisa imprevista pode provocar nervosismo. Muito embora os grandes bancos ingleses estejam tranquilos, o fato é que eles, refletindo a nova direção do Banco da Inglaterra (presidido por Robert Leigh-Permberton, um protegido político da primeira-ministra Margaret Thatcher), insistem em dizer que o Congresso brasileiro deve ratificar a nova política salarial, determinada pelo presidente João Figueiredo antes de partir para Cleveland.

Uma interpretação da viagem de Delfim Neto a Paris, que circulou pela City, foi a de que o ministro brasileiro, depois de ter arrancado o decreto-lei dos salários do presidente Figueiredo, sentiu-se na obrigação de cobrar do diretor do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosiére, o cumprimento de uma promessa tácita — a da concessão do "sinal verde" para a liberação de 400 milhões de dólares dos bancos comerciais.

Segundo essa versão, Delfim já sabia que nada poderia obter de concreto, até porque o FMI está na dependência da aprovação, pelo Congresso norte-americano, de novos créditos suplementares (oito bilhões de dólares), possível, mas não certa, para outubro. A tendência de de Larosiére seria a de defender a sua corporação e manter-se intransigente.

Hermano Alves, de Londres.